

Clipping Diário

TJPI



26/07/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	26/07/19	2	Roda Viva

Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, irá inaugurar na próxima segunda-feira (29) a reforma e ampliação do Fórum da comarca de Piripiri. Com um investimento total de R\$ 4,3 milhões, o edifício abrigará também a sede do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Notícia Diária	26/07/19		

Piripiri

Com investimento de 4,3 milhões, TJ-PI vai inaugurar obras de Fórum e JECC da comarca de Piripiri

Inauguração da reforma e ampliação do prédio-sede da comarca de Piripiri

Após modernização e ampliação de sua estrutura, o Fórum Desembargador João Turíblio Monteiro de Santana e o novo anexo do Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) Desembargador Osíris Neves de Melo Filho, na comarca de Piripiri (a 180km de Teresina), serão inaugurados no dia 29 de julho. A cerimônia de inauguração contará com a presença das autoridades dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, e será realizada a partir das 18h.

A edificação é sediada em um terreno com área de 3.591,00 m². A área reformada foi de 697,00 m² e a área de ampliação foi equivalente a 1.146,00 m². Para a execução da obra, o **Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI)** firmou contrato com a Construtora Rosacon e investiu R\$ 4.351.661,79, com recursos provenientes do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense (Fermojupi).

O Fórum foi segmentado em **três blocos**, sendo um bloco destinado às três varas, com protocolo, secretarias, salas de audiência, assessorias e gabinetes e recepção. Um compartimento abriga o Tribunal do Júri com 88 lugares e outro, o JECC e os órgãos auxiliares (Defensoria, Ministério Público, Central de Mandados e OAB).

Serviço

Inauguração da reforma e ampliação do prédio-sede da comarca de Piripiri

Data: 29/07/2019

Horário: 18h

Local: Rua Avelino Resende, S/N, Centro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	26/07/19		

Judiciário

O município de Piripiri passará a contar, a partir da próxima segunda-feira (29), com as modernas instalações do novo Fórum Desembargador João Turíbio Monteiro de Santana, reformadas e ampliadas. O prédio, que será inaugurado pelo desembargador Sebastião Ribeiro Martins, presidente do TJ-PI, durante solenidade marcada para as 18h, passará a abrigar também o Juizado Especial Cível e Criminal Desembargador Osiris Neves de Melo Filho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	25/07/19		

Justiça

Enfam credencia Curso de Formação Inicial de Magistrados da Ejud-PI

| Editor | Justiça | 25|07|19 15:14h

O Curso de Formação Inicial de Magistrados promovido pela Escola Judiciária do Estado do Piauí – Desembargador Lucrécio Dantas Avelino (Ejud-PI) foi credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A Portaria Enfam nº 198/2019 foi publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Superior Tribunal de Justiça (STJ) do último dia 18.

O credenciamento do curso é válido por dois anos e leva em consideração a Resolução nº 2 de março de 2017, que “dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores”.

O Curso de Formação Inicial de Magistrados da Ejud-PI tem carga horária total de 480 horas/aula e visa ao desenvolvimento dos juízes recém-ingressos na magistratura quanto à efetividade de sua atuação nas atividades jurisdicionais exercidas, de modo a fomentar a aplicação da Justiça na sociedade contemporânea. A formação atende às diretrizes estabelecidas pelas resoluções 02/2016 e 02/2017 da Enfam.

Segundo o diretor-geral da Ejud-PI, desembargador Fernando Lopes, “o propósito deste curso é impulsionar a compreensão do magistrado enquanto membro do Poder Judiciário, da comunidade e do mundo, a partir da atuação com base nos princípios constitucionais, ao considerar a ética e o humanismo como fundamentos dos demais saberes da formação e da prática”.

I Curso

O I Curso de Formação Inicial de Magistrados promovido pela Ejud-PI foi concluído em 2018, certificando 18 novos magistrados. Da carga horária total, 416h/a foram ministradas pela Ejud; 40h/a integraram o módulo nacional ofertado pela própria Enfam; e 24h/a ficaram a cargo da Escola Judiciária Eleitoral do Estado do Piauí, dentro do módulo de Direito Eleitoral.

O módulo local abrangeu temáticas como: Administração da atividade judiciária (gestão processual, gestão de pessoas, de materiais e de resultados); Tecnologia da informação e das comunicações; Técnica dos atos judiciais. Elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências; Ética e deontologia da magistratura; Filosofia do direito e sociologia jurídica; Hermenêutica e argumentação jurídica; Direitos humanos; Serviços extrajudiciais; Liderança, relações interpessoais e interinstitucionais e gerenciamento de riscos e crises.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Neto Ferreira	25/07/19		

Poder

CGJ do Maranhão adotará modelo de digitalização da CGJ-PI

Nesta quarta-feira (24), o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou o Núcleo de Digitalização da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí, para conhecer as etapas práticas do projeto de digitalização de processos físicos que está sendo executado pelo órgão. O objetivo é utilizar a experiência do estado do Piauí como modelo para ampliação da virtualização dos processos físicos do Maranhão, que conta com cerca de 700 mil processos em papel.

Nesta terça-feira (23), o desembargador Marcelo Carvalho Silva também foi recebido pelo corregedor-geral da Justiça do Piauí em exercício, desembargador Oton Lustosa, e pelos juízes auxiliares da CGJ-PI Manoel Dourado Luiz Moura e Mário Cavalcante, que apresentaram a iniciativa.

Por meio do projeto, que conta com o apoio do Exército, a Corregedoria Geral da Justiça do Piauí objetiva digitalizar 100% dos processos judiciais em tramitação no Estado, já tendo virtualizado 12 comarcas e diversas varas da capital. O projeto realiza a digitalização de processos físicos com o próprio pessoal do quadro, sem prejuízo das funções normais e utilizando sistema desenvolvido pela própria Corregedoria, representando economia de gastos.

O corregedor do Maranhão avaliou que a dinâmica é simples e eficiente, podendo servir de modelo para outros estados, podendo ser objeto de Termo de Cooperação para utilização nas comarcas do Maranhão próximas a Teresina, como Timon, Caxias, Coelho Neto, Parnarama, Matões, entre outras. “É um trabalho formidável e de baixo custo, que alcança resultados excelentes na ampliação da virtualização dos processos, que ajuda a reduzir o tempo de resposta do Judiciário aos jurisdicionados”, observa.

VIRTUALIZAÇÃO – Por meio da Portaria Conjunta N° 5/2019, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, ficou autorizada a ampliação da virtualização dos processos judiciais que tramitem em autos físicos relativos às classes judiciais que já são

processadas em formato digital, nas unidades jurisdicionais das comarcas que utilizam a plataforma do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) do 1º Grau do Poder Judiciário estadual.

A tramitação do processo judicial, a sua representação em formato eletrônico e a prática dos atos processuais – após a conclusão de todas as etapas da migração – são feitas exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, da Resolução do CNJ nº 185 de 18 de dezembro de 2013 e da Resolução TJMA nº 52/2013.

A virtualização de processos judiciais autuados em suporte físico deve ser precedida da publicação de edital dando ciência às partes e aos seus procuradores sobre a migração para o sistema Processo Judicial eletrônico do 1º Grau e, inclusive, para que se manifestem, no prazo de 30 dias, sobre o interesse de manterem pessoalmente a guarda dos documentos originais (Lei nº 11.419/06, artigo 12, parágrafo 5º).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	25/07/19		

Justiça

Corregedor Geral de Justiça do Maranhão conhece toda estrutura de Digitalização do Piauí

| Editor | Justiça | 25|07|19 12:25h

Em visita à Corregedoria Geral de Justiça do Piauí essa semana, o Corregedor Geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho fez questão de conhecer o trabalho do Exército Brasileiro no Projeto de Digitalização da CGJ. Além de visitar o Núcleo Central de Digitalização e a Distribuição de 1º Grau, o desembargador conheceu a 1ª Vara de Infância da Juventude, unidade que foi 100% digitalizada pelos próprios servidores.

“O Corregedor fez questão de conhecer todos os detalhes do processo de digitalização e ficou impressionado, especialmente com o empenho dos nossos servidores e dos nosso parceiros como o Exército. No Maranhão, eles vão usar o mesmo formato que foi usado no Piauí, por isso estamos apresentando tudo, inclusive nosso fluxograma para que eles adequem para a realidade deles”, disse Mônica Lopes, secretária Geral da Corregedoria.

Recebido pelo desembargador Oton Lustosa, Corregedor Geral da Justiça em exercício e pelos juízes auxiliares Dr. Manoel Dourado, Dr. Luiz Moura e Dr. Mário Cavalcante, o Corregedor do Maranhão ainda ouviu da Secretária Geral da CGJ-PI, Mônica Lopes, todos os detalhes do projeto, que tem como objetivo tornar o Poder Judiciário piauiense 100% digital na área cível. “Sem dúvida o resultado é impressionante. Viemos conhecer pessoalmente porque se trata de um processo criativo e de ótimos resultados. O Piauí está de parabéns”, disse o Corregedor Maranhense.

Na sua apresentação, a secretária ressaltou o caráter participativo e de baixo custo da iniciativa piauiense. “O grande diferencial do nosso projeto é que podemos alcançar um grande resultado, usando apenas nosso pessoal. Outros estados contrataram empresas a alto custo e nós mostramos

que está sendo possível fazer um ótimo trabalho, com o material humano que temos. Nossa meta é até o final dessa gestão gerar os processos físicos na área cível”, explicou Mônica Lopes.